princípio de sururu no pacato galinheiro

Laura Penna Alves*

A escolha do tema polêmicas literárias para o dossiê do terceiro número da revista *Opiniões* tem algo de aleatório, pois surgiu como um dentre vários outros que poderiam mais facilmente provocar uma relação ativa com o presente. Talvez também tenha surgido, quem sabe, da falsa impressão de que teria interesse coletivo por si só, fato que não se verificou. Apesar de ser vista, enquanto gênero discursivo, com “maus olhos” – oposta ao entendimento aristotélico de argumentação dialética, a erística seria vista por muitos filósofos como contradita à busca pela verdade –, a polêmica tem cumprido um papel importante nas discussões literárias. Dos tempos de Sílvio Romero até hoje, tende-se a lançar mão cada vez menos de apelidos, xingamentos, nomeações diretas etc. Historicamente parece haver certo desprestígio dessa forma de polemizar que não se preocupa em fazer a mediação entre o espaço privado – com sua linguagem, temas, preocupações específicas

* Editora da revista *Opiniões* n. 3 e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Teoria Literária e Literatura Comparada do Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada (DTLLC) da Universidade de São Paulo (USP). Contato: laura_penna@yahoo.com.br

– e a dimensão pública. Contudo, o “avanço” que imaginamos foi aparente em certa medida, e, nas polêmicas recentes, a precariedade dessa mediação se mostrou evidente. De todo modo, mais interessante que nossas intenções em relação ao tema seria pensar em que tipo de preocupação com o presente ela aqui se insere.

Como qualquer outro veículo de comunicação, também nesta revista estão pressupostos alguns consensos que permitem a viabilização de uma publicação que decide coletivamente o que será publicado. Isso não impede, entretanto, que possamos pensar criticamente os termos em que eles têm se dado, refletindo sobre um lugar de poder com o qual não estamos acostumados, qual seja, aquele que permite interferir na inclusão ou exclusão de um determinado texto. No caso dos artigos, os critérios são pautados por um processo crescente de reificação das atividades acadêmicas implicado no atual modo de avaliação e controle dessas atividades, em que verificamos uma exigência e uma urgência – ambas materiais e simbólicas – por publicar um grande número de artigos. Ora, mas se o que vale são quantos artigos se publica, por que demorar muito tempo na produção e na avaliação de um único?

Essa exigência em relação ao tempo da produção do trabalho intelectual vem acompanhada de outras que dão pouca margem ao desenvolvimento de atividades independentes do calendário e do espaço universitário previsto, bem como parecem excluir o interesse por leituras, cursos, reflexões, exercícios de escrita etc. que não tenham uma contrapartida imediata dentro dessa lógica acumulativa. Há muitos indícios de que os períodos da década de 1960 e 1970 ainda funcionem como alternativa, na maior parte das vezes idealizada, ao atual modo de produção de pesquisa¹. Um exemplo a dar seriam as séries de restrições que parecem estar postas hoje ao pesquisador no que diz respeito à extensão e à diversificação de seus objetos de estudo, sendo a especialização e as definições “precisas” do recorte teórico

e metodológico procedimentos valorizados ao extremo. A precisão exigida, contudo, se choca com um parâmetro de avaliação pautado por um conhecimento prático, adquirido a partir das diferentes recepções de ensaios literários assinados por críticos formados em uma época de valorização, por exemplo, da interdisciplinaridade.

Esse traço, por si só, implicaria a constituição de um hiato entre o modo como atribuímos valor aos artigos e o nosso atual modo de produção do conhecimento. Junto a ele ainda temos outros: reinventar o ensaio; criar imagens totalizantes; economizar citações; empregar recursos poéticos; referir-se a outras artes ou a uma grande extensão de qualidades de objetos em diferentes tempos e espaços; criar analogias etc. – nenhum desses recursos tem valor positivo *a priori*; mas é necessário chamar a atenção para a tendência à depreciação atual de procedimentos valorizados nos ensaios de antigamente, o que parece ter implicado uma espécie de “policiamento mútuo do estilo”, no qual o interdito é a grande meta. Ainda que não tenham valor em si, a rejeição sem mais a esses recursos demonstra a pouca relevância dada tanto ao trabalho de criação implicado na concepção e feitura da pesquisa acadêmica quanto à construção de sua relevância, sendo este último algo que poderia trazer mais vivacidade aos artigos.

Pretendendo fugir das reivindicações ingênuas de retorno ou apagamento do passado, olhamos para trás sem receio de virar pedra, com menos desconfiança e mais disposição para a reflexão de práticas atuais com as quais podemos dialogar e fazer dialogar entre si. Este é o esforço da revista *Opiniões* ao encarar os textos que chegam tanto como momento de um processo de escrita, de desenvolvimento de uma hipótese etc., quanto instante de compartilhamento de uma experiência mais geral de mundo². Procurando oferecer a estes um pouco mais do que um parâmetro “prático de qualidade”, acabamos por introduzir outro elemento que nos anima a dizer que aqui

criamos um espaço não de todo previsível. Os textos selecionados trazem em seu bojo elementos que ajudam a entender a antiguidade de nosso presente e produzem um distanciamento no tempo que poderá, quem sabe, tanto pôr o passado sob novas lentes como revisitar o presente em temporalidades ainda implícitas e que podem contribuir para criar possibilidades de ruptura com a idealização dessa invenção que se chama contemporâneo.

Nessa direção, os artigos que compõem a seção “Fuzilaria a descoberto” tentam, de alguma forma, fugir a uma espécie de “controle da imaginação acadêmica”, ao buscar, de formas mais ou menos explícitas, arriscar na criação de objetos que construam um lugar de relevância para si no presente. Essa fuga, assim, não é romântica e nem óbvia, mas tentativa válida de ultrapassagem de uma radical falta de sentido e motivação que ameaça a pesquisa em torno da literatura. O “Dossiê polêmicas literárias” compreende os artigos “Graciliano Ramos *versus* Otávio de Faria: o confronto entre autores ‘sociais’ e ‘intimistas’ nos anos 1930” e “No surgimento de Sagarana”. O primeiro retoma, na década de 1930, uma polarização ainda muito presente na percepção dos romances atuais: romance social e romance intimista. Ao trazer os termos em que essa oposição se dava na época, por meio das intervenções de Graciliano Ramos, Otávio de Faria e outros, o artigo remonta um momento importante do chamado “romance do Norte”, no auge de seu sucesso, e do “romance psicológico”, gênero que ainda lutava por reconhecimento

O segundo artigo, “No surgimento de Sagarana”, retoma a primeira recepção do livro e levanta, numa espécie de contraintuição de pesquisa, o emprego que essa crítica fez de romances assinados por outros escritores, como, por exemplo, Coelho Neto, de modo a tê-los como parâmetro para o julgamento e avaliação do que seria a novidade da escrita rosiana. Essas referências apontariam para uma falta de unanimidade em torno do livro, evidenciada pelo segundo lugar no prêmio

Humberto de Campos. Além de indicar as razões literárias envolvidas na época, o artigo também levanta hipóteses sobre possíveis razões não literárias que poderiam estar envolvidas nessa primeira recepção.

A subseção “Artigos livres”, por sua vez, compreende “A criação do teatro nacional? Alencar, Machado e a cena dramática brasileira” e “Raul Pompéia, leitor de Baudelaire: da teoria das correspondências às *Canções sem metro*”. O primeiro retoma um momento crucial do ambiente literário no século XIX e nos convida a acompanhar sua dúvida: se, desde fins da década de 1850, o Teatro Ginásio passa a apresentar peças de autores brasileiros como Martins Pena, por que o teatro nacional era tido como inexistente pelo jovem Machado e José de Alencar? O texto recompõe o projeto estético e pedagógico de ambos autores e os apresenta inseridos em lutas literárias da época sob um prisma diverso àquele que costumamos ver. O segundo artigo traz, a partir de uma análise detida, uma comparação entre *poemas* de Raul Pompéia e Charles Baudelaire. A reflexão proposta se dá em torno tanto desse momento do poema em prosa no Brasil como acerca de seu valor literário.

Em seguida, na seção “Futilidades levíssimas”, temos a publicação do conto “A ideia”, de Wagner Lacerda, e do poema “Turbulência”, de Rafael Coelho. Como já apontamos na edição passada, a escolha dos textos literários foi ainda mais difícil do que a dos artigos. Sabemos que, ao longo da graduação em Letras, poucos são os exercícios de crítica, no sentido de criação e recriação do valor literário de um texto. Assim, ao nos depararmos com discursos cujas assinaturas são anônimas, estamos em geral despreparados para pensar, por nós mesmos, seus problemas e qualidades. Tendo isso em vista, optamos por escolher os textos que no momento tivemos por ricos o bastante para fazerem surgir o que consideramos ser um exercício de crítica literária. Durante o período de alguns dias, integrantes dessa revista e pós-graduandos

de diferentes programas discutiram por *e-mail* – e juntamente com o autor, no caso do poema “Turbulência” – os dois textos selecionados. Essa discussão é publicada aqui integralmente e se pretende ao que podemos chamar de “um experimento crítico”, cuja finalidade é de natureza interventiva e cooperativa. Em que medida esse nosso intento foi alcançado, caberá ao leitor julgar.

A seção intitulada “Muito cuidado com o óbvio” traz a tradução do artigo do crítico francês Michel Jeanneret, intitulado “Léry et Thevet: como falar de um mundo novo?”, que integra o livro inédito *D’encre de Brésil – Jean de Léry écrivain*, organizado por Frank Lestringant e Marie Christine Gomez-Géraud. Analisando as particularidades de duas obras que geralmente são lembradas apenas pelo apelo polêmico – conforme o texto introdutório aponta –, o texto perscruta os princípios de composição que cada autor seguia, restabelecendo desse modo a importância e a função dos respectivos gêneros, narrativa e cosmografia, adotados no século XVI.

Após a seção de arquivo, lembramos, na seção “Extra! Extra!”, duas polêmicas ocorridas em 2010. A primeira se deu em torno do Prêmio Jabuti em sua categoria de melhor livro de ficção do ano; a segunda, em torno do parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE), que exigia a anexação de uma nota explicativa ao livro *Caçadas de Pedrinho*, de Monteiro Lobato, referente à representação literária de estereótipos. Partimos da avaliação de que, de modo geral, as polêmicas recentes têm tido como motivação inicial o âmbito da produção do livro, ainda que toquem questões literárias. Não se trata de reivindicar “pureza dos valores literários” em nome de algum grande ideal de arte, mas de perceber que, dentre tantos interesses em torno do que deve ser discutido, escrito, valorizado etc., alguns se fazem prevalecer mais facilmente do que outros. E, no intuito de ajudar a pensar de modo mais profícuo esse cenário, assim como de gerar outras questões, contamos com a seção “Vamos, vamos, responda”, composta de

três blocos de perguntas respondidas por professores de diferentes universidades. A maior parte das perguntas vai na direção de investigar o diagnóstico de que há uma escassez de debates de teor artístico e propor outras discussões tanto no âmbito da produção do livro como propriamente literárias.

Por fim, este número é o primeiro a ser impresso em concomitância com o recém-inaugurado blog da revista *Opiniões*. Coincidentemente, ao longo de sua feitura, chegaram dois e-mails comentando o epílogo da segunda edição, intitulado “Reflexões acerca da escrita na atualidade”, o que nos permitiu publicá-los neste outro espaço, mais dinâmico para a discussão dos textos publicados. Esses *e-mails* dão continuidade à reflexão proposta no número anterior e, certamente, estimularão debates futuros. Esperamos, dessa forma, que os leitores desta edição não só apreciem o que aqui vai publicado, mas também discordem, desconfiem e questionem, sabendo que, se o fizerem publicamente, poderão contar com este lugar para serem ouvidos e terem interlocutores.

Referências bibliográficas

CARDOSO, Irene. “A geração dos anos de 1960: o peso de uma herança”. In: *Tempo Social*, vol.17, n. 2, São Paulo, nov. 2005. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/mostraArtigo.php?id=331>>. Acesso em: 20 de março de 2011.

Notas

¹ Segundo a avaliação geral que Irene Cardoso faz em “A geração dos anos de 1960: o peso de uma herança” (2005), “as mudanças decorrentes do movimento histórico de uma geração – de amplitude internacional, mas com características particulares nos seus diversos contextos –, ao se congelar em uma unidade imaginária, “geração anos 60” ou “geração 68”,

preservam o que seria seu menor denominador comum, ao mesmo tempo em que perdem sua historicidade. Esse processo constrói a identidade heroica de uma geração, cujo peso para as gerações posteriores tem sido considerável, senão desmedido” (p. 93).

² Pensando nisso, por exemplo, a revisa *Opiniões*, a partir do próximo número, aprofunda a concepção de que intervém em diferentes processos de escrita e implementa dois procedimentos: a) os artigos deixam de ser “aceito”, “aceito mediante alterações” e “recusado”; agora eles serão “aceito para a edição presente”, “aceito mediante alterações para a edição presente”, “aceito mediante alterações para uma edição futura”; b) os pareceres passam a ser concebidos como atividades de orientação, não burocráticas, de modo que possam contribuir para a construção dos artigos.